

-----ACTA 11/2011-----

-----Da Reunião Ordinária de 2 de Maio de 2011-----

-----Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, José Carlos Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte intervenção:-----

-----“1 - Santa Casa da Misericórdia de Almeirim.-----

-----Ao que julgo saber, esta entidade está a atravessar alguns problemas de funcionamento e de financiamento para as eméritas actividades que desenvolve em prol do nosso Concelho.-----

-----Na Reunião de 5 de Janeiro de 2009, no ponto 3 da O.T: -
Apreciação da aceitação, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, para compra do terreno junto ao tribunal, consultas para leasing;-----

-----Foi a proposta aprovada com 6 votos a favor, 4 do PS, do PPD/PSD e do Vereador Francisco Maurício e a abstenção da CDU.--

-----Fiz a seguinte declaração de voto:-----

-----Voto a favor, conforme deliberação da Reunião de Câmara de 17 de Novembro de 2008, onde foi deliberado apresentar, com a

abstenção da CDU, à Misericórdia, uma proposta de aquisição do terreno situado em frente ao tribunal, no Largo Manuel Rodrigues Pisco, por 150.000,00 € e a assinatura de um contrato-programa no valor de 50.000,00 €, a desenvolver com a construção da Creche na Cerca do Hospital.-----

-----Até aqui tudo bem, a minha questão tem a ver com a seguinte dúvida: Em que ponto está a liquidação desta verba à Misericórdia.-----

-----Considere V/ Ex^a Sr. Presidente esta questão como a apresentação de requerimento, que gostaria de ver rapidamente respondido, ou aqui e hoje ou por escrito no prazo legal.-----

-----O Sr. Presidente saiu da sala, informando-me que ia à Contabilidade para me fornecer esses dados, o que acabou por não fazer. Não esperava outra coisa.-----

-----2 - Trânsito aos fins-de-semana na estrada de Alpiarça.-----

-----Entendo que é um incómodo desnecessário para quem pretende atravessar Almeirim ao fim de semana, bem como para os moradores da Estrada de Alpiarça a formação de extensas filas de automóveis.-----

-----Parece-me evidente que deverá ser resolvida esta questão, por exemplo ter a sinalização intermitente durante esse período, ou outra qualquer que tenha o mesmo efeito.-----

-----3 - Decibéis não permitidos seguramente.-----

-----Os moradores da zona entre a Av. D. João e a Rua das Milheiras estão desesperados com o barulho matinal - 6 horas da manhã - feito pela varredora e pela máquina separadora.-----

-----A fim de evitar problemas graves que já aconteceram no passado, sugiro que tenham em conta este facto, alterando o percurso/horário, pois quem trabalha, por enquanto, tem direito a dormir, a não ser que o PEC 5 o não vá permitir.-----

-----4 - Extermínio das árvores na estrada de Santarém-----

-----Nem quero já falar da oportunidade da obra e tão pouco se era absolutamente necessária, quero, isso sim notar que:-----

-----O aviso indicativo de desvio, colocado na Tapada, refere 500 m. quando na realidade são 2.600m. Para os forasteiros será

certamente uma diversão.-----

-----Na sexta-feira passada às 8 horas, hora de ponta, um reboque da autarquia procedia à colocação de alcatrão nos inúmeros buracos da estrada alternativa, criando enorme confusão no trânsito.-----

-----Pergunto ao responsável por esta confusão se as obras não devem ser feitas tendo em consideração os utentes. Neste caso, ou reparava a estrada antes de a tornar um desvio, ou, no mínimo faria a reparação em horário que não perturbasse o trânsito habitual. A programação desta obra é a cara desta autarquia".---

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo também usou da palavra dizendo que: "Em primeiro lugar quero tornar publico que na última reunião privada da Câmara, foi abordado o novo Centro Escolar de Fazendas, porque que não está regularizada a situação. De acordo com o parecer do Dr. Vítor Batista, os actos praticados até ao momento são nulos por desrespeito do PDM, logo, têm de ser todos repetidos cumprindo com a lei. Se assim não for, vão surgir novamente problemas com o Centro Escolar, e é minha intenção tornar isto publico.-----

-----Depois temos a questão da Saúde. Realizou-se junto ao Centro de Saúde, uma manifestação a reivindicar melhores condições para os cidadãos abrangidos pelo ACES da Lezíria. Os utentes necessitam de mais médicos de família, do alargamento dos serviços de saúde, abrangido pelo Agrupamento.-----

-----Por fim, relativamente às Comemorações do 25 de Abril, quero dizer que não assistimos a qualquer iniciativa digna desse nome. Não menosprezando a actuação da Banda Marcial, na minha opinião foi uma acção muito pequena para a importância que deveria ter. A Câmara e esta maioria têm um compromisso pouco digno para com o 25 de Abril, data histórica, marco da nossa liberdade, liberdade esta que não pode ser posta em causa.-----

-----Daí a intervenção do Dr. Veiga Dias, na Assembleia Municipal sem qualquer entusiasmo.-----

-----Não me venham dizer que é falta de dinheiro, quando na

verdade se continua a gastar tanto com "Festas da Cidade" e "Pão, Vinho & Companhia", por exemplo. Isto incomoda-me, porque gostaria de ver o nosso Concelho envolvido numa comemoração digna para com a data."-----

-----O Senhor Presidente respondeu que as comemorações do 25 de Abril, são realizadas com as actividades de carácter popular, com actuações de ranchos e actividades organizadas pelos próprios concelhos. Não é, de modo algum, desprimor para com a data, mas por força dos recursos económicos do País e das autarquias, é natural que se evitem alguns gastos.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo retorquiu que mesmo assim, a Câmara nada fez para envolver as associações, ranchos, etc., para comemorar esta data. Falou do facto de na Raposa haver um programa, que até era interessante, mas que resolveram fechá-lo dentro do seu cariz partidário, usando os dinheiros que são públicos. Em resposta ao Senhor Presidente que informou que nas Fazendas e em Benfica também foram realizadas comemorações, o Vereador Aranha Figueiredo disse não ter tido conhecimento e não ter recebido qualquer convite.-----

-----O Senhor Vice Presidente prestou informação relativa à realização dos mercados biológicos, que em principio seriam realizados aos sábados, no Parque das Laranjeiras, mas que passarão para as terças feiras, a partir do dia 10 de Maio, inclusive, entre as 16 e as 20 horas, no pátio da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse não entender porque motivo deixa de se realizar o mercado no Parque das Laranjeiras, para o pátio da Câmara, já que aqui a promoção dos produtos será pequena. Volta a afirmar que o local ideal seria o Mercado Municipal, ao que o Vice Presidente responde que depois das obras efectuadas naquele local, naturalmente o mercado de

produtos biológicos será lá realizado.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Cenário Pioneiro - Gestão Imobiliária, quarenta e seis; Teresa Paula Fernandes Pita, noventa e oito, ambos de dois mil e e dez; João António Marta Agostinho, setenta e cinco, de dois mil e nove.-----

-----O Senhor Vice Presidente deu conhecimento do processo em nome de Vítor Manuel Leonor Soares, relativo a um pedido de alvará de autorização de utilização, sito no Largo da Praça de Touros, em Almeirim. Transcrevo a informação do Arquitecto da D.H.U., António Forte:-----

-----"Apreciado o pedido de autorização de utilização apresentado, referente a um estabelecimento de comercio de produtos alimentares cumpre-me informar:-----

-----1 - De acordo com o termo de responsabilidade do autor das telas finais de arquitectura, é invocado o não cumprimento do Regulamento do PU de Almeirim, nomeadamente o seu artº 71 no que concerne à dotação de estacionamento face à proposta de alteração de utilização de um espaço de garagem em estabelecimento comercial.-----

-----2 - De acordo com a respectiva memoria descritiva, é solicitado que seja aplicado o regime de excepção constante da alínea b) do artigo 31 do RMUE. Considerando que se trata de uma alteração de utilização de uma construção existente, mais concretamente de um espaço destinado a estacionamento que se pretende converter em área comercial, cujo o fundamento não se

encontra expressamente previsto em nenhuma das alíneas do referido artigo, deixa-se à consideração da Ex^a Câmara a decisão que entender por conveniente."-----

-----A Câmara deliberou deferir. -----

-----Foi ainda presente o processo de loteamento em nome de José João da Silva Guardiano, relativo à junção de elementos solicitados, da obra sito na Rua Luís de Camões em Fazendas de Almeirim, no qual consta a informação do Arquitecto António Forte, "Em face do parecer favorável da DOM em relação aos projectos de infra estruturas nada obsta à sua aprovação".-----

-----Em relação a este assunto, o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que defende que se devem fazer Planos de Pormenor, pois estes permitem a organização do território, para que se criem espaços verdes, equipamentos e até mesmo "fazer cidades", o que não significa fazerem-se só casas.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A E.P. PARA ELECTRIFICAÇÃO DA PONTE D. LUIS-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:---

-----"Atendendo à necessidade de garantir a iluminação na Ponte D. Luís, proponho a aprovação do protocolo a celebrar com a Câmara Municipal de Santarém e a E.P. - Estradas de Portugal, SA".-----

-----Transcrição da minuta de protocolo proposta:-----

-----"Entre:-----

-----EP - Estradas de Portugal, SA., representada neste acto pelo Presidente do Conselho de Administração, Almerindo da Silva Marques, daqui em diante designada por EP,-----

-----Município de Santarém, representado neste acto pelo Presidente da Câmara Municipal, Francisco Moita Flores,

doravante designado por MS,e-----
-----Município de Almeirim, representado neste acto pelo
Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa
Gomes, doravante designado por MA,-----
-----Considerando que:-----
-----A execução da empreitada designada por "EN114 - Ponte D.
Luís sobre o Rio Tejo - Beneficiação e Reforço - Trabalhos
Complementares", prevê a colocação de toda a estrutura de
iluminação, com a tipologia de serviço publico, tornando-se
necessária a atribuição de responsabilidades nesse âmbito.-----
-----A minuta do protocolo que ora se vai celebrar foi aprovada
pelo Conselho de Administração da EP, em reunião de _____,
pela Câmara Municipal de Santarém, em sessão de _____ e pela
Câmara Municipal de Almeirim, em sessão de _____;-----
-----É celebrado o presente protocolo, que se rege pelo
clausulado subsequente:-----
-----Clausula 1ª - Objecto-----
-----O presente protocolo tem por objecto a definição do regime
de colaboração relativo à iluminação publica a incluir, no
âmbito da empreitada designada por "EN114 - Ponte D. Luís sobre
o Rio Tejo - Beneficiação e Reforço - Trabalhos
Complementares".-----
-----Clausula 2ª - Obrigações da EP-----
-----1 - Nos termos do presente Protocolo, a EP assume a
responsabilidade pela elaboração do projecto de iluminação
publica a incluir na empreitada designada por "EN114 - Ponte D.
Luís sobre o Rio Tejo - Beneficiação e Reforço - Trabalhos
Complementares", contemplando a iluminação rodoviária da ponte,
viaduto, estrutura metálica e pilares, que remeterá ao MS e ao
MA para sua aceitação e obtenção do parecer da EDP.-----
-----2 - A EP assume igualmente a responsabilidade pela
aquisição e instalação de todo o equipamento aí previsto e em
conformidade com o respectivo projecto aprovado, no âmbito da
empreitada "EN114 - Ponte D. Luís sobre o Rio Tejo -
Beneficiação e Reforço - Trabalhos Complementares".-----

-----3 - A EP informará o MS e o MA da entidade que executará os trabalhos referidos no ponto anterior, remetendo-lhe cópia da certificação EDP para aquele exercício, termo de responsabilidade pela sua execução, relação dos principais equipamentos eléctricos a aplicar em obra e a indicação do respectivo interlocutor de modo a permitir o acompanhamento dos mesmos pelo MS e MA.-----

-----4 - Com a comunicação da conclusão dos trabalhos relativos à iluminação pública e a consequente vistoria pela EDP, bem sucedida, as infra-estruturas de Iluminação Pública serão integradas na Rede Municipal de Iluminação Pública, mediante a previa entrega das respectivas Telas Finais decorrentes da Obra Eléctrica, tal como o preenchimento pela EP da documentação estipulada pela EDP, visando a futura assunção de responsabilidades no âmbito da manutenção e exploração das Instalações Eléctricas.-----

-----Clausula 3ª - Obrigações do MS e MA-----

-----É da responsabilidade do MS, caso concorde com o projecto de iluminação que lhe foi remetido, submetê-lo a parecer da EDP, dando deste conhecimento à EP com a brevidade possível.-----

-----2 - Com o termo da edificação da iluminação pública e vistoriadas de forma bem sucedida as respectivas infra-estruturas, com a celebração do presente Protocolo, o MS e o MA passarão a suportar os encargos decorrentes dos consumos eléctricos, e solicitar à EDP, na qualidade de sua concessionária, o cumprimento das suas obrigações no domínio da manutenção e exploração, preventiva e curativa, das visadas instalações eléctricas.-----

-----3 - Os contadores referentes à iluminação serão instalados na margem direita do rio Tejo, concelho de Santarém.-----

-----4 - A EDP celebrará o contrato de fornecimento de energia eléctrica com o MS, devido à localização dos contadores no espaço deste concelho.-----

-----5 - Os encargos decorrentes dos consumos eléctricos serão suportados pelos MS e MA, em partes iguais, para a iluminação

rodoviária, bem como dos custos de conservação/manutenção da infra-estrutura de iluminação.-----

-----6 - O MS enviará cópia da factura recebida da EDP ao MA, acompanhada da debito referente à comparticipação deste Município nos encargos referentes aos consumos.-----

-----7 - Toda e qualquer intervenção a efectuar pelo MS ou MA, ou pela EDP, deve ser precedida de comunicação previa à EP, com o objectivo de que o MS, ou MA, ou EDP, implementem todas as medidas no terreno visando a garantia da segurança da circulação.-----

-----8 - Sempre que, no âmbito da obra, surjam propostas de materiais a aplicar, não homologados pela EDP, os mesmos poderão ser aceites desde que os MS ou MA assumam, a expensas próprias, a sua substituição, quando justificada.-----

-----Clausula 4ª - Incumprimento-----

-----O incumprimento das obrigações de qualquer das Partes confere à parte não faltosa o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos em prazo razoável e adequado às circunstancias e, se aquela o não fizer no prazo fixado, esta poderá rescindir o presente protocolo, sem prejuízo do direito às indemnizações a que houver lugar nos termos legais.-----

-----Clausula 5ª - Disposições Finais-----

-----1 - O presente protocolo produz efeitos desde a data da sua assinatura pela EP pelos MS e MA.-----

-----2 - O presente protocolo está dispensado de visto prévio do Tribunal de Contas, de acordo com o estipulado na Lei nº 98/97 de 26 de Agosto, republicada pela Lei nº 48/2006 de 29 de Agosto.-----

-----3 - Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Protocolo e que não possam ser resolvidos por acordo, serão dirimidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renuncia a qualquer outro.-----

-----4 - Qualquer emenda, alteração ou aditamento ao presente Protocolo só será valida e eficaz se constar do documento

assinado pela EP e pelos MS e MA, com expressa referencia ao mesmo, com indicação clara, se for caso disso, das clausulas emendadas ou alteradas e do texto das novas.-----

-----5 - A EP e os MS e MA agirão em conformidade e segundo os princípios estabelecidos neste protocolo, sempre que qualquer questão em conexão com o mesmo não se encontre expressamente prevista ou regulamentada."-----

-----Posta a votação foi a proposta aprovada por maioria com 5 votos a favor do PS, 1 abstenção da CDU e o voto contra do MICA.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo disse que não é correcto a Autarquia estar a assumir uma responsabilidade que claramente é das Estradas de Portugal. A empresa é que deve assumir o pagamento da iluminação da ponte. Entende que a E.P. ao julgar que as autarquias queiram o melhor para os respectivos concelhos, "descarreguem" sobre elas as suas responsabilidades.-

-----O Vereador Francisco Maurício fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O MICA vota contra, porque entende que deverão ser as Estradas de Portugal a assumir os custos de uma estrutura que é sua pertença. Chega de nos substituírmos ao Estado nas suas obrigações."-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA SUSPENSIVA DO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADO PELOS PROCESSOS A DECORRER EM QUE SÃO ARGUIDOS FRANCISCO MAURICIO E JOANA VIDINHA-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que:-----

-----Na reunião de Câmara de 4 de Abril passado foi deliberado efectuar o pagamento relativo à nota de despesas e honorários apresentada pelo advogado, Dr. Rogério Ribeiro, respeitante ao processo cujos termos correram com o nº 283/07.05TAALR em que eram arguidos os vereadores Francisco Maurício e Joana Batista e que culminou com a sua absolvição;-----

-----Dessa sentença foi interposto recurso para o Tribunal da Relação de Évora, o que significa que, pelo menos no plano teórico, será possível vir a ser revogada a sentença do Tribunal de Almeirim e os vereadores, arguidos no processo, virem a ser condenados;-----

-----O apoio judiciário de que beneficiam os eleitos locais, nos termos das disposições conjugadas do artº 5º e 21º da Lei nº 29/87 (Estatuto dos Eleitos Locais), está sujeito cumulativamente a dois requisitos: (i) o requisito objectivo de que o processo tenha tido como causa o exercício das funções e (ii) o requisito subjectivo, e negativo, de inexistência de dolo ou negligencia por parte dos eleitos locais;-----

-----Neste quadro legal, a deliberação tomada foi prematura, face à possibilidade de vir a ser ainda alterada no sentido da condenação dos arguidos, hipótese em que lhe estará vedada a possibilidade de usufruírem daquele benefício;-----

-----A deliberação tomada poderá, contudo, ser mantida, ainda que sujeita a condição da posterior confirmação, em definitivo, da sentença absolutória;-----

-----Proponho-----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do artº 129º do CPA, que seja tomada deliberação que, mantendo ainda a deliberação camarária do passado dia 4 do corrente, condicione a sua plena eficácia de modo a ser diferida para momento posterior, que será o transito em julgado da decisão que venha, em definitivo, a absolver os arguidos, confirmando a decisão de absolvição proferida pelo Tribunal de Almeirim."-----

-----Acompanha a proposta o parecer do Dr. Vítor Batista, a seguir transcrito:-----

-----"Requerente Rogério Ribeiro - Advogado - Pagamento de honorários de eleitos locais. Proc. nº 283/07.5TAALR.-----

-----Deliberou a Câmara Municipal na reunião do dia 4 do corrente mês, pagar os honorários devidos ao advogado constituídos pelos Vereadores Francisco Maurício e Joana Batista relativa ao processo supra identificado em que os mesmos eram

arguidos por crime de injúrias/difamação na pessoa da chefe de gabinete do Sr. Presidente.-----

-----Os arguidos foram absolvidos pelo Tribunal de Almeirim, tendo, todavia, sido interposto recurso, que se encontra pendente no Tribunal da Relação de Évora.-----

-----Precisamente por esta circunstancia é que se pode considerar extemporânea a deliberação.-----

-----Vem a propósito recordar o que já escrevemos sobre a matéria:-----

-----Estabelece a alínea o) do artº 5º da Lei nº 29/87 (EEL):---

-----1 - Os eleitos locais têm direito, nos termos definidos nas alíneas seguintes:-----

-----o) A apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respectivas funções.-----

-----Por seu turno, estabelece o artº 21º do EEL, cuja a epigrafe é "Apoio em processos judiciais": "Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligencia por parte dos eleitos".-----

-----A interpretação desta norma levantou basicamente 3 duvidas, que já há alguns anos, foram objecto de parecer por parte da CCDDR Alentejo, que, na parte interessante, se transcreve:-----

-----"Da análise efectuada a estes dois normativos, três são as questões que se levantam, a saber:-----

-----O apoio judicial verifica-se apenas quando o eleito for arguido, ou pelo contrario também quando ofendido?-----

-----O eleito local tem direito ao apoio judicial em causa desde que não se prove o dolo ou negligencia da sua parte, assim sendo, apenas no final do processo é possível apoiar o eleito, ou será que pode ser apoiado antes do termo do processo a titulo condicional?-----

-----O que é que se pode incluir neste "apoio judicial", apenas os pagamentos feitos ao tribunal ou também o pagamento

eventualmente feito ao advogado?"-----

-----Estas questões foram respondidas no parecer nos termos das conclusões seguintes:-----

-----"Os eleitos locais apenas têm direito ao apoio judicial expresso no artigo 21º, da Lei nº 29/87, de 30 de Junho, desde que os processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções, e, no caso de serem arguidos não se prove o dolo ou negligencia por parte dos mesmos.-----

-----No caso do apoio judicial ser solicitado no final do processo, deverá a autarquia efectuar o pagamento - já que é da sua responsabilidade - mediante a apresentação dos respectivos recibos acompanhados de nota discriminativa das despesas, devendo incluir-se o pagamento dos preparos, apesar de mais tarde o tribunal os devolver, caso em que a câmara deverá ser reembolsada.-----

-----Somos de parecer que no conceito de apoio judicial está incluído o pagamento dos serviços do advogado, cabendo ao eleito a escolha do mesmo, conforme decorre do artigo 54º, do Decreto-Lei nº 84/84, de 16 de Março."-----

-----No caso presente, não se oferecendo aparentes duvidas quanto ao facto de o processo em causa ser motivado pelo exercício de funções, está ainda em aberto, pela possibilidade de o Tribunal da Relação poder alterar a sentença absolutória, a questão relativa ao dolo.-----

-----Na esteira do entendimento do Parecer da CCJR Alentejo, também entendemos que os senhores vereadores, ainda que o processo tenha por base o exercício das suas funções, apenas beneficiem de apoio judiciário se não se provar o dolo ou negligencia da sua parte.-----

-----Assim, estando pendente o recurso que foi interposto da sentença absolutória, pelo menos teoricamente, será possível que o Tribunal da Relação possa revogar a sentença do Tribunal de Almeirim e venham a condenar os arguidos pela pratica dos crimes por que vinham acusados. E, se o fizer, obviamente só o fará porque agiram com culpa, seja ela na sua vertente dolo, seja ela

na sua vertente de negligência, o que afasta a possibilidade de o Município suportar as despesas do processo, que as agora apresentadas pelo advogado mandatário, quer as que tenham sido adiantadas a título de provisão que, nessa hipótese, terão de ser devolvidas.-----

-----Deste modo, apesar de ter sido prematura, a deliberação camarária de 04.04 passado, apelando ao princípio dum aproveitamento dos actos, poder-se-á, para já, mantê-la, mas, condicioná-la à verificação posterior de determinada condição, deferindo, deste modo a sua eficácia para o momento da verificação da referida condição, que, no caso, seria o transito em julgado da sentença absolutória.-----

-----Assim, em conformidade com o disposto na alínea b) do artº 129º do CPA, podendo ser mantida a deliberação camarária supra identificada, poder-se-á diferir a sua eficácia para momento posterior, qual seja o transito em julgado da decisão que venha, em definitivo, a absolver os arguidos, confirmando a decisão de absolvição proferida pelo Tribunal de Almeirim.-----

-----Concluimos, portanto:-----

-----A Câmara deliberou pagar os honorários devidos ao advogado constituído pelos Vereadores Francisco Maurício e Joana Batista no processo em que os mesmos eram arguidos por crime de injúrias/difamação na pessoa da chefe de gabinete do Sr. Presidente;-----

-----Os arguidos foram absolvidos pelo Tribunal de Almeirim, estando, porém, pendente recurso da sentença no Tribunal da Relação de Évora;-----

-----Os eleitos locais apenas têm direito ao apoio judicial expresso no artº 21º da Lei nº 29/87, (30.06) desde que os processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções, e, no caso de serem arguidos não se prove o dolo ou negligencia por parte dos mesmos;-----

-----Não estando aparentemente em causa que os processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções, neste momento, em que se encontra ainda pendente recurso da sentença,

não é possível apurar, em definitivo, o que quer que seja quanto à culpa dos arguidos, na medida em que o tribunal da Relação de Évora, pelo menos, teoricamente, poderá vir a condenar os arguidos.-----

-----Assim, a apresentação da nota de despesas e honorários por parte do mandatário dos arguidos é, neste momento, prematura, tal como foi a deliberação camarária do passado dia 4 do corrente;-----

-----Todavia e não obstante, essa deliberação poderá ser mantida mas condicionada à verificação posterior da condição do transito em julgado de decisão que, em definitivo, venha a confirmar a sentença absolutória do Tribunal de Almeirim;-----

-----Assim, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 129º do CPA, deverá ser tomada deliberação que, ainda mantendo a deliberação camarária do passado dia 4 do corrente, difira a sua eficácia para momento posterior, qual seja o transito em julgado da decisão que venha, em definitivo, a absolver os arguidos, confirmando a decisão de absolvição proferida pelo Tribunal da Almeirim."-----

-----O Senhor Vereador representante do MICA solicitou para ler a intervenção abaixo transcrita, ausentando-se depois, da sala da reunião.-----

-----"A fim de manter uma postura digna e adequada a uma Reunião do Executivo Camarário vou retirar-me durante a discussão deste ponto.-----

-----Esta proposta reflecte claramente que esta Câmara Municipal continua a ser liderada pela Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara e tem como desígnio o objectivo inqualificável de pôr em causa o apoio jurídico a dois autarcas no desempenho formal das suas funções, para as quais foram nomeados pelo actual presidente.-----

-----Tenho, no entanto, alguma curiosidade em assistir ao sentido de voto dos meus colegas do Executivo, nesta "palhaçada" que tem a cobertura óbvia do Presidente da Câmara, consubstanciada em parecer do seu "escriba" que, tem uma noção

estranha de deontologia profissional, mas que não me surpreende minimamente.-----

-----É mesmo uma palhaçada, porque entretanto o advogado foi chamado pela Câmara a fim de receber, o que não fez, porque deste facto já tinha conhecimento.-----

-----Divirtam-se".-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra e referiu que: "Também sou de opinião que era evitável sujeitarmos a Câmara a esta proposta, e tenho poucas duvidas sobre o direito dos Vereadores ao advogado nestas circunstancias. Eles vão a Tribunal pelo exercício de funções autárquicas. Tenho de dar razão ao Vereador Francisco Maurício em relação aos pareceres o Dr. Vítor Batista, que neste caso está colocado num plano pessoal e a ser juiz em causa própria pelo que sugiro que se solicite parecer a outro advogado. Já que a abordagem deste assunto foi publica, e o advogado está disposto a esperar pela decisão do Tribunal da Relação de Évora, era de todo evitável esta proposta. Concluo que há uma tentativa de alimentar o conflito, sem qualquer justificação." -----

-----O Senhor Presidente disse não ter qualquer problema em solicitar parecer a outro jurista e que em consciência tinha obrigação de informar os Senhores Vereadores.-----

-----A Câmara deliberou retirar a proposta da Ordem de Trabalhos e solicitar outro parecer.-----

-----O Vereador Francisco Maurício retomou os trabalhos no final da deliberação.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJECTO DE REGULAMENTO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS-----

-----Foi presente na Reunião o "Projecto de Regulamento de Espaços Desportivos Municipais Artificiais do Concelho de Almeirim.-----

-----O Projecto de regulamento acima referido fará parte integrante desta acta.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou da existência de três regulamentos existentes, um para o ténis, outro para as piscinas e o terceiro para os espaços desportivos. A questão que se colocou com a abertura da pista e do campo relvado é que estes não estavam explícitos como espaços autónomos, daí a necessidade de fazer os devidos ajustamentos ao regulamento já existente.---

-----O Vereador Aranha Figueiredo referiu que há alguns valores que pensa serem elevados, mas que em sede de Inquérito Público ainda se poderão fazer alterações.-----

-----O Projecto de Regulamento foi aprovado por unanimidade, e será levado a inquérito público.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Tendo em conta a requalificação de algumas zonas da Cidade e consequente alteração das zonas de estacionamento de duração limitada, proponho a aprovação do Regulamento dos Parques e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, em anexo."-----

-----Passo a transcrever o Regulamento supra referido:-----

-----"Regulamento dos Parques e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada"-----

-----O Regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/2006, de 20 de Abril. Nos termos do artigo 2º desse mesmo regime as Câmaras Municipais aprovam a localização de parques ou zonas de estacionamento, sendo as condições de utilização e taxas devidas pelo estacionamento aprovadas por regulamento municipal. Ademais, nos termos do nº 2 do artigo 4º do diploma mencionado o estacionamento em parques e zonas de estacionamento pode ser condicionado ao pagamento de uma taxa e ter utilização limitada no tempo.-----

-----Ora, tal faculdade que é concedida aos Municípios pretende, sempre que os competentes órgãos municipais o entendam, numa ampla margem de discricionariedade, disciplinar a utilização dos parques e zonas de estacionamento, nos locais onde tal se justifique, seja pela elevada procura em determinados períodos do dia, seja para evitar abusos de estacionamento prolongado, comprimindo o direito de outros utentes à utilização temporária do mesmo espaço. Por outro lado, tal faculdade pode igualmente servir para os Municípios se ressarcirem, ainda que apenas em parte, dos custos associados à criação, manutenção e conservação dos locais reservados ao estacionamento de veículos.-----

-----Face ao exposto, importa proceder à aprovação de um regulamento que estabeleça o regime dos parques e zonas de estacionamento de duração limitada do Município de Almeirim.----

-----O presente regulamento foi objecto de apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Assim, ao abrigo do artigo 70º do Código da Estrada e das disposições conjugadas das alíneas a) e e) do nº 2 do artº 53º, bem como da alínea u) do nº 1 e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda de acordo com o nº 2 do artigo 2º do regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/2006, de 20 de Abril, a Assembleia Municipal de Almeirim, por Deliberação de ____de____de 2011, aprova o seguinte regulamento:-----

-----MUNICIPIO DE ALMEIRIM-----

-----Capítulo I-----

-----Disposições Gerais-----

-----Artigo 1º - Objecto e âmbito de aplicação-----

-----1 - O presente regulamento estabelece o regime dos parques e zonas de estacionamento de duração limitada do Município de Almeirim.-----

-----2 - O presente regulamento aplica-se a todos os parques de

estacionamento e zonas de estacionamento, adiante denominados por parques e zonas, para as quais é aprovado instituir o regime de estacionamento de duração limitada, nos termos do artigo 70º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis nºs 214/96, de 20 de Novembro, 2/98, de 3 de Janeiro, 162/2001, de 22 de Maio, 265-A/2001, de 28 de Setembro, pela Lei nº 20/2002, de 21 de Agosto, pelos Decretos-Lei nºs 44/2005, de 23 de Fevereiro, 113/2008, de 1 de Julho e 113/2009, de 2008, bem como pelas Leis nºs 78/2009, de 13 de Agosto e 46/2010, de 7 de Setembro, e nos termos do artigo 2º do regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/2006, de 20 de Abril.-----

-----3 - A localização e delimitação dos parques e zonas mencionadas no número anterior, bem como as taxas devidas pela utilização dos mesmos e os períodos de tempo aplicáveis, constam do Anexo I ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.-----

-----Artigo 2º - Duração do estacionamento-----

-----O estacionamento nos parques e zonas referidas no número anterior fica sujeito a um período de tempo máximo de permanência, compreendido entre uma e quatro horas, estabelecido no Anexo I ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.-----

-----Artigo 3º - Áreas de estacionamento-----

-----Os parques e zonas referidas no artigo 1º podem ter áreas de estacionamento com características de exploração diferenciadas.-----

-----Artigo 4º - Categorias de veículos-----

-----1 - Podem estacionar no parque e zonas de estacionamento de duração limitada:-----

-----a) Os veículos automóveis ligeiros;-----

-----Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes, nas áreas que lhe sejam reservadas.-----

-----Às auto caravanas apenas é permitido estacionar nos

parques.-----

-----Artigo 5º - Taxa-----

-----1 - Dentro dos limites horários estabelecidos para cada parque ou zona, o estacionamento fica sujeito ao pagamento de uma taxa, conforme previsto no Anexo I ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.-----

-----2 - O valor das taxas pode ser actualizado anualmente, mediante proposta da Câmara Municipal apresentada à Assembleia Municipal, tendo como referencia a evolução anual do índice de preços ao consumidor.-----

-----3 - A cobrança da taxa pode ser efectuada através de meios automáticos ou pessoalmente, através da presença de trabalhador devidamente autorizado.-----

-----Artigo 6º - Operações de cargas e descargas-----

-----1 - Podem ser estabelecidas nas zonas de estacionamento de duração limitada reservadas às operações de cargas e descargas.-

-----2 - As áreas mencionadas no numero anterior estão subordinadas às limitações horários constantes na sinalização existente no local.-----

-----Artigo 7º - Moradores-----

-----1 - Pode ser estabelecido um regime de excepção no período entre as 12h e as 14h para moradores junto aos parques e zonas de estacionamento limitadas, mediante solicitação à Câmara, por parte dos interessados.-----

-----2 - Os lugares a que se refere o numero anterior não podem exceder, em cada zona, 15% dos lugares em regime de tarifa normal.-----

-----Capitulo II-----

-----Isenções-----

-----Artigo 8º - Isenção de pagamento de taxa-----

-----1 - Estão isentos do pagamento da taxa referida no artigo 5º, os seguintes veículos:-----

-----a) Os veículos em missão urgente de socorro ou de policia, quando em serviço;-----

-----b) Os veículos pertencentes a entidades que disponham de

parques privativos devidamente identificados;-----

-----c) Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes nas áreas que lhe sejam reservadas;-----

-----d) Os veículos de deficientes motores, quando devidamente identificados, nos termos do Decreto-Lei nº 307/2003, de 10 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 17/2011, de 27 de Janeiro;-----

-----e) Os veículos em operações de carga e descarga, dentro do limite estabelecido e em área reservada para esse fim.-----

-----2 - Fora dos limites estabelecidos, o estacionamento nos parques e zonas de estacionamento de duração limitada é gratuito e não está condicionado a qualquer limitação de permanência.----

-----Artigo 9º - Isenção da duração limitada de estacionamento--

-----Não são abrangidos por qualquer limitação quanto à duração do estacionamento os veículos pertencentes a entidades que disponham de parques devidamente identificados.-----

-----Capítulo III-----

-----Do título de estacionamento-----

-----Artigo 10º - Aquisição e duração-----

-----1 - O estacionamento no interior das zonas mencionadas no artigo 1º depende do seguinte:-----

-----a) - Aquisição do título de estacionamento nos equipamentos destinados a esse efeito, com excepção dos casos previstos no artigo 7º;-----

-----b) Colocação do título de estacionamento na parte interior do pára-brisas do veículo, de forma a que o período de validade seja visível.-----

-----2 - Findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento exibido no veículo, o utente deve abandonar o lugar ocupado.-----

-----3 - Quando o equipamento mais próximo se encontrar indisponível, nomeadamente por avaria, o utente deve adquirir o seu título de estacionamento na máquina mais próxima da zona em questão.-----

-----Capítulo IV-----

-----Sinalização-----

-----Artigo 11º - Sinalização dos parques e zonas de estacionamento-----

-----A sinalização dos parques e zonas de estacionamento de duração é efectuada nos termos do Código da Estrada, bem como do Regulamento de Sinalização do Transito, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, alterado pelos Decretos Regulamentares nº 41/2002, de 20 de Agosto, 13/2003, de 26 de Junho, pelo Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de Abril e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011, de 3 de Março.-----

-----Capítulo V-----

-----Fiscalização-----

-----Artigo 12º - Competência de fiscalização-----

-----A fiscalização do cumprimento das disposições do presente regulamento é exercida pela Guarda Nacional Republicana, nos termos previstos na alínea d) do Artigo 2º do D.L. nº 190/94 de 18 de Julho, bem como pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Capítulo VI-----

-----Infracções-----

-----Artigo 13º-----

-----Estacionamento proibido-----

-----1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 49º e 50º do Código da Estrada, é proibido o estacionamento:-----

-----a) De veículos de categoria diferente daquela para o qual o parque ou zona é destinado;-----

-----b) Por tempo superior ao permitido para o parque ou zona em questão;-----

-----c) Do veículo que não exhibir o título comprovativo do pagamento da taxa;-----

-----d) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza.-----

-----2 - É proibido prolongar a permanência do veículo para além da inicialmente definida e paga pelo seu utilizador, mesmo com pagamento adicional.-----

-----3 - O estacionamento dos veículos nos parques e zonas

abrangidas pelo presente regulamento deve ser efectuado por forma a respeitar as marcações respeitantes aos lugares de estacionamento, nos termos do nº 3 do artigo 62º do Regulamento de Sinalização do Transito.-----

-----4 - É proibido estacionar um veículo sobre uma das linhas ou marcações a que se refere o número anterior, bem como estacionar o veículo de forma a que o mesmo não fique completamente contido no interior do espaço que lhe é destinado.-----

-----Artigo 14º - Estacionamento indevido ou abusivo-----

-----1 - Considera-se estacionamento indevido ou abusivo, nos termos do artigo 163º do Código da Estrada:-----

-----a) O de veículo, durante 30 dias ininterruptos, em local da via pública ou em parque ou zona de estacionamento isentos do pagamento de qualquer taxa;-----

-----b) O de veículo, em parque de estacionamento, quando as taxas correspondentes a cinco dias de utilização não tiverem sido paga;-----

-----c) O de veículo, em zona de estacionamento condicionado ao pagamento de taxa, quando esta não tiver sido paga ou tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago;-----

-----d) O de veículo que permanecer em local de estacionamento limitado mais de duas horas para além do período de tempo permitido;-----

-----e) O que se verifique por tempo superior a quarenta e oito horas, quando se trate de veículos que apresentem sinais exteriores de evidente abandono, de inutilização ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos seus próprios meios;-----

-----f) O de veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transacção em parque de estacionamento.-----

-----2 - Os veículos mencionados no número anterior podem ser removidos ou bloqueados, nos termos do artigo 164º do Código da Estrada.-----

-----Artigo 15º - Actos ilícitos praticados sobre os

equipamentos-----
-----É proibido destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizáveis os equipamento instalados destinados à emissão dos títulos de estacionamento.-----
-----Artigo 16º - Processo penal-----
-----A infracção ao disposto no artigo anterior é susceptível de configurar a pratica de um crime de dano qualificado, nos termos do artigo 213º do Código Penal.-----
-----Artigo 17º - Coimas-----
-----1 - Quem infringir o disposto no nº 1 do artigo 13º é sancionado com coima, nos termos do nº 2 do artigo 50º do Código da Estrada.-----
-----2 - Quem infringir o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 13º é sancionado com coima de €30 a €150, nos termos do nº 3 do artigo 6º do regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/2006, de 20 de Abril.-----
-----Capitulo VII -----
-----Disposições finais-----
-----Artigo 18º - Regulamentos específicos-----
-----A Assembleia Municipal de Almeirim, sob proposta da Câmara Municipal de Almeirim, pode aprovar regulamentos específicos para cada parque ou zona.-----
-----Artigo 19º - Concessão da exploração ou gestão dos parques e zonas de estacionamento-----
-----Por deliberação da Câmara Municipal de Almeirim pode ser condicionada a exploração ou gestão dos parques ou zonas de estacionamento mencionados no Anexo I ao presente regulamento, a instituições particulares de utilidade publica, de âmbito municipal, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----
-----Artigo 20º - Norma revogatória-----
-----São revogadas todas as normas que contrariem o disposto no presente regulamento.-----

-----Artigo 21º - Entrada em vigor-----

-----O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.-----

-----de de 2011 - O Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim, José Francisco Correia Afonso Marouço.-----

-----ANEXO I-----

-----Localização e delimitação dos parques e zonas de estacionamento, taxas devidas pela utilização dos mesmos e os períodos de tempo aplicáveis. (a que se refere o nº 3 do artigo 1)-----

-----Artigo 1º - Zonas-----

-----São criadas as seguintes zonas de estacionamento de duração limitada:-----

-----a) - Zona A: Praça Lourenço de Carvalho;-----

-----b) - Zona B: Rua 5 de Outubro (junto à Câmara);-----

-----c) - Zona C: Rua 5 de Outubro (junto aos correios);-----

-----d) - Zona D: Rua de Coruche (frente aos nºs 11B, 13, 13ª e 13B).-----

-----Artigo 2º - Parques-----

-----O parque de estacionamento das tílias e o parque de estacionamento junto aos WC's públicos na zona junto à Praça de Touros são sujeitos a estacionamento de duração limitada.-----

-----Artigo 3º - Horário de pagamento de zonas-----

-----1 - O horário e dias em que o estacionamento é sujeito ao pagamento de uma taxa, nas zonas referidas no artigo 1º, é o seguinte:-----

-----a) Todas as zonas:-----

-----i. Dias úteis das 8.30h às 19.00h;-----

-----ii. Sábados das 8.30h às 13.00h.-----

-----2 - O horário e dias, no máximo, em que o estacionamento nos parques mencionados no artigo anterior é sujeito a pagamento é o seguinte:-----

-----a) Dias úteis - 11.30h às 14.30h e das 19.00h às 22.00h.---

-----b) Aos fins de semana e feriados - 11.30h às 15.30h e das 18.30h às 22.30h.-----

-----Artigo 4º - Períodos-----

-----Para todas as zonas, o período de tempo mínimo é estipulado pelo valor mínimo a pagar e o período máximo é de quatro horas.-

-----Artigo 5º - Taxa-----

-----1 - 1 - A taxa horária de pagamento para qualquer das zonas mencionadas no artigo 1º é a seguinte:-----

-----a) 1ª hora - 0,40€;-----

-----b) 2ª hora - 0,60€;-----

-----c) 3ª hora - 0,80€;-----

-----d) 4ª hora - 1,00€.------

-----2 - Cada hora pode ser utilizada parcialmente, sendo o valor mínimo de 0,10€, correspondendo a 15 minutos.------

-----3 - A taxa cobrada pelo estacionamento nos parques mencionados no artigo 2º é a seguinte:-----

-----a) 15 minutos - 0,25€;-----

-----b) 30 minutos - 0,25€;-----

-----c) 45 minutos - 0,25€;-----

-----d) 1 hora - 0,25€.------

-----e) 2ª hora e seguintes - grátis.------

-----4 - Nos parques a que se refere o numero anterior, apenas é sujeito a pagamento, por cada veiculo, o período de tempo correspondente à primeira hora de estacionamento.------

-----5 - Aquando da concessão a que se refere o artigo 19, a Câmara delibera, os espaços, os dias e os períodos de tempo a concessionar, até ao máximo previsto neste regulamento."-----

-----A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de Regulamento.------

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO, NO VALOR DE 11.839, 00€, À JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO, PARA ARRANJOS NA COBERTURA DO MERCADO-----

-----O Senhor Vereador José Carlos apresentou a proposta do seguinte teor relativa ao assunto acima indicado:-----

-----"Considerando que a cobertura do mercado de Benfica do

Ribatejo, está em mau estado de conservação e permite infiltrações que prejudica o seu interior.-----

-----Proponho: Que seja concedido à Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo o subsidio de 11.839,00€ para aquisição de materiais, tendo em vista uma nova cobertura".-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CAMARA DE 21 DE MARÇO DE 2011, SOBRE O CONCURSO DA CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS E POSTERIOR APRECIAÇÃO A APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA DE 550.083,54€, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:---

-----"Atendendo a questões de natureza administrativa, proponho que a deliberação de câmara de 21/03/2011, sobre o concurso da Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, seja revogada.-----

-----Proponho ainda, que, conjugando o nº 1 do artigo 36º, o artigo 38º, o nº 2 do artigo 40º todos do Código de Contratos Publicas, aprovado pelo D.L: 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artigo 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

-----Que seja autorizada a despesa de 550.083,54€ (quinhentos e cinquenta mil e oitenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Publico, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos para execução da obra:

"Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros".-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DA CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Vice Presidente:-----

-----"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de "Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros", os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereadora Maria Emília Botas Moreira;-----

-----Vogal - Vereadora Maria de Fátima Pina;-----

-----Vogal - António da Rocha Pinto.-----

-----Suplentes:-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luís Alberto Ferreira Leitão."-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS, DO CONCURSO DE CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Vice Presidente:-----

-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da

empreitada de " Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros".-----

-----O Senhor Vice Presidente, a pedido do Vereador Aranha Figueiredo, esclareceu que a ultima deliberação tem de ser revogada, por não existir uma rubrica própria, exigida pelos fundos comunitários, e ainda por ter de se proceder a uma alteração orçamental.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que:-----
-----"Na primeira votação votei contra o Protocolo, de seguida abstive-me nas outras propostas relacionadas com o mesmo. Volto a dar a minha opinião. A Câmara está a assumir uma responsabilidade do Poder Central, devia ser este a pagar. Não se justifica que a Câmara gaste este dinheiro numa responsabilidade que não lhe cabe. Guardemos os nossos recursos para ajudar a resolver os problemas dos nossos munícipes, que nos solicitam apoios, penso que devíamos estar mais próximos destes."-----

-----O Senhor Presidente disse reconhecer o mérito da proposta, no entanto coloca alguma reserva, pois o voto favorável fica condicionado à aprovação do empréstimo.-----

-----Postos a votação os pontos 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos, foram os mesmos aprovados com 4 votos a favor do PS, 1 abstenção do Senhor Vereador José Carlos Silva e 2 votos contra da CDU e MICA.-----

-----O Vereador representante do MICA, fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Na Reunião de 21 de Março de 2011, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção da CDU e o Voto Contra e de Vencido do MICA:-----

-----Fiz, na altura a seguinte Declaração de Voto, que quero mais uma vez deixar expressa:-----

-----Sr. Vereador Pedro Ribeiro, faço votos para que não veja, a curto prazo, substituir o nosso Frade por um Bombeiro ou de ver

um bombeiro a apagar a fogueira ao frade que, seguramente, não estará a cumprir as regras de foguear em espaço público.-----

-----Esta Autarquia deve ser a mais "filantrópica" do país, para não lhe chamar um nome mais adequada à situação.-----

-----Em primeiro lugar, a disponibilidade, que classificaria de subserviência a interesses partidários que, não são certamente os nossos, para construir a Cadeia José Gomes, sem qualquer contrapartida para o Concelho, antes pelo contrário, teríamos obrigações que não conseguiríamos suportar, para além de causar a destruição da nossa imagem, no país e no Mundo.-----

-----Depois a disponibilidade para ceder instalações e equipamento para cursos de formação a entidades que não são tuteladas pela autarquia: Centro de Emprego e Formação, da responsabilidade Estatal e até o próprio ISLA, uma entidade privada sem grande qualificação e interesse na matéria, a não ser a de obter as mais-valias dessa formação, bem como ao Centro de Formação dos Gagos, pelos mesmos motivos anteriormente enunciados.-----

-----Somos de facto uma Autarquia magnânima nestas questões, até nos substituímos ao Poder Central, sempre que este o deseja.----

-----Não fora estarmos a gastar indiscriminadamente o dinheiro dos nossos contribuintes, até acharia que estávamos a ser simpáticos e filantropos.-----

-----Agora temos a Construção da Base Permanente para o Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros.-----

-----Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, agora rectificado.-----

-----Sublinho Santarém. Porque é que não ficou em Santarém? Serão divergências partidárias com resoluções políticas governamentais? Nunca o saberemos.-----

-----Vamos gastar mais de meio milhão de euros nessa obra, para além da cedência dos terrenos.-----

-----Estamos em condições de o fazer sem prejudicar o Concelho? Não estamos com certeza.-----

-----Parece-me mais uma situação de capricho pago pelos

almeirinenses, cuja edilidade já tem uma dívida que ultrapassa os 10 milhões de euros, que deve aos pequenos comerciantes cerca de 1,5 milhões e que viu os custos com a água e saneamento aumentar mais de 24% e que perde mais de 300 mil euros por mês de receitas que vão para as Aguas do Ribatejo, dinheiro que faz falta em Almeirim, nomeadamente para contratar médicos para os nossos postos de saúde em Paço dos Negros, Marianos, Raposa, Benfica do Ribatejo etc, etc.-----

-----Como sempre dissemos a população de Almeirim é desprezada pela maioria desta Câmara, que apenas vive para se auto-alimentar e para satisfazer caprichos e vícios privados com dinheiros públicos.-----

-----No projecto de Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, para além de não conhecermos as nossas contrapartidas e vantagens efectivas para o Concelho, verifica-se que o mesmo não se encontrava, conforme chamámos a atenção, orçamentado para 2011, nem sequer no Plano de Actividades para 2011.-----

-----Ora, foi apresentada uma revisão do orçamento que nos termos da Lei foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, conforme referimos na altura.-----

-----Neste sentido esta despesa não se encontrava orçamentada, logo não tinha sido observada a regra do cabimento prévio prevista no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL;-----

-----Assim a autorização desta despesa, sem fundamento legal, implicou a nulidade da deliberação que autorizou a despesa e a consequente nulidade do contrato celebrado, por força do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 2, al. e), e 4 da Lei das Finanças Locais e 42.º, n.º 6, al. a) da Lei de Enquadramento Orçamental, no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL e no artigo 95.º, n.º 2, al. b), da Lei n.º 169/99, constituindo ainda violação de normas financeiras".-----

-----A violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização em pagamento de despesas é susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais em responsabilidade

financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.-----

-----De acordo com os princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio, nenhuma despesa pode ser assumida, autorizada e paga sem que se encontre suficientemente discriminada no orçamento municipal e tenha cabimento no correspondente crédito orçamental, em rubrica de classificação orgânica e económica adequada, com saldo suficiente para a comportar (cfr. os pontos 2.3.4.2., alíneas d) e g), 2.6.1. e 3.1.1., alínea f), do POCAL e o art.º 3.º, n.º 1, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

-----A realização de qualquer despesa pública deve obedecer aos princípios de conformidade legal (prévia existência de lei que autorize a despesa) e regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa).-----

-----Por todos estes motivos e porque esta obra vai, seguramente, comprometer pagamentos urgentes para a economia local e suas instituições e investimentos noutras necessidades básicas do Concelho, o MICA vota contra e faz voto de vencido nos pontos 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos desta Reunião."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Ao longo dos meses que têm mediado este processo, tenho sentido grande preocupação e, em consciência, alguma indefinição na minha tendência de voto.-----

-----Apesar da importância desta estrutura e do que ela pode representar perante alguma opinião publica tenho duvidas quanto à importância real para o Município, para os Munícipes e para a economia do Concelho. O futuro ditará o número de recursos humanos a deslocar e o tempo de permanência desta força e destes equipamentos em Almeirim. Daí a razão da minha abstenção."-----

-----O Senhor Vice Presidente fez a seguinte Declaração:-----

-----"Voto a favor uma vez que com a construção destas instituições, que terão um custo directo para a Autarquia de 30 mil contos, uma vez que o restante é pago por Fundos Comunitários. É uma instalação da autarquia de Almeirim, em que, caso a Terceira Companhia da Força Especial de Bombeiros ou Força semelhante saia de Almeirim nos próximos 20 anos, a Câmara será ressarcida dos custos da participação nacional. Voto ainda a favor, porque o nosso Concelho com esta estrutura, a construção pela Autoridade Nacional e com outra que terá também o objectivo de construção, a Unidade de Reserva Logística, no valor de um milhão de euros, Almeirim ficará com a maior concentração de meios de socorro o Protecção Civil do País. Parece-me a mim que isto é um facto, e que não têm em conta que entre a FEB a URL e o CDOS, são cerca de 100 pessoas que passam a ter o seu trabalho no nosso concelho, que almoçam, fazem compras e algumas a serem munícipes, como já aconteceu com o CDOS, para além de questões de operação e das vantagens de segurança de pessoas e bens, pelo ponto de vista económico haverá a movimentação de impostos que estas pessoas farão, o que será compensatório sobre o investimento que a autarquia vai fazer. Esta obra é de carácter nacional, vão ser feitos mais dois , um em Loulé e outro em Santa Comba Dão, e nós tudo faremos para ter esta estrutura. É de realçar que Loulé não é capital de distrito e que os autarcas entenderam que esta é uma estrutura importante às populações.-----

-----Por fim, gostaria também de dizer que me tenho absterido de fazer comentários, porque sou Presidente dos Bombeiros, mas estou a começar a ficar FARTO das "bocas" insinuações, etc., que têm sido tecidas. Se há alguém que tenha problemas com os bombeiros, que vá às Assembleias Gerais e aí poderá expor os seus problemas. O Corpo de BVA, é um dos três mais operacionais do Distrito, com maior capacidade de resposta e que infelizmente tem que fazer serviço na capital de distrito , porque esta não tem capacidade de resposta. Estou FARTO que falem da

substituição do Frade pelo Bombeiro, o que não acontecerá."-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMERCIO ESCRITORIOS E
SERVIÇOS DE PORTUGAL - A Câmara tomou conhecimento do conteúdo
do fax emanado pelo CESP, relativo à abertura dos
estabelecimentos comerciais do dia 1º de Maio.-----

-----CONFRARIA GASTRONÓMICA DE ALMEIRIM - Solicitam apoio
financeiro para a realização do VI Capitulo, a realizar dia 15
de Maio corrente.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à
transferência de 900 euros, para apoio à realização do referido
evento.-----

-----HOQUEI CLUBE OS TIGRES - Solicitam apoio financeiro, para
pagamento de reparação de viatura, a qual é utilizada no
transporte dos atletas. Informam que os vários orçamentos
solicitados, rondam os 2.000 euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar com 1.000€.-----

-----CRIAL - Presente o pedido de apoio financeiro por parte
desta Instituição, para realização do IV Encontro "Marcar a
Diferença a Dançar", realizado no dia 29 de Abril passado.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à
transferência de 360 euros.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou o Executivo da assinatura
de Protocolo a celebrar com a Autoridade Nacional de Protecção
Civil a realizar no Salão Nobre dia 4 de Maio pelas 15.30horas.

-----ACTAS - Foram aprovadas as actas de reunião de câmara dos
dias 11 e 18 de Abril de 2011.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e vinte e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica